

**PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL
PLS-SJAC 2023-2024**

Diretor do Foro

José Geraldo Amaral Fonseca Júnior

Vice-diretor do Foro

Carolynne Souza de Macêdo Oliveira

**Diretor da Subseção Judiciária de
Cruzeiro do Sul**

Claudio Gabriel de Paula Saide

Diretor da Secretaria Administrativa

José Alves de Albuquerque

Juízes federais

José Geraldo Amaral Fonseca
Júnior

Carolynne Souza de Macêdo
Oliveira

Jair Araújo Facundes

Herley da Luz Brasil

Juízes federais substitutos

Franscielle Martins Gomes
Medeiros

Moisés da Silva Maia

**Comissão Gestora do PLS-
SJAC****Presidente**

José Geraldo Amaral Fonseca
Júnior

Membros

Arivaldo Chagas de Melo

Felipe José Leite Guimarães
Francisco Marques do Carmo
Melo Junior

João de Souza Lima Filho

Joseima Nogueira Ribeiro

Josemir Melo Nogueira

Nagilene Marques Dourado de
Almeida

Rawlison Nazaré de Araújo
Azevedo

Sebastião Gomes de Oliveira

Thiago Lourenço Fernando da
Silva

Vinicius Maia Maia

Wanderley Araújo de Castro

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
PARTE I – REFERENCIAL ESTRATÉGICO SOCIOAMBIENTAL.....	6
Objetivo geral	7
Objetivos específicos	7
Responsabilidades	8
Metodologia de implementação	9
Monitoramento dos dados	10
Avaliação do PLS-SJAC	11
Metodologia de revisão	12
Metas de desempenho do PLS.....	23
Associação das metas do PLS-SJAC aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.....	27
INDICADORES E METAS	19
Papel.....	20
Copos descartáveis e água envasada	24
Impressão de documentos.....	31
Energia elétrica.....	35
Água e esgoto	39

Gestão de resíduos	43
Qualidade de vida no trabalho.....	47
Telefonia.....	55
Vigilância	68
Limpeza	58
Reformas e leiaute.....	61
Combustível.....	64
Veículos.....	67
Capacitação e sensibilização em sustentabilidade.....	70
PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE QUANTO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.....	73
AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.....	83

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – PLS-SJAC é o instrumento de gestão socioambiental da Seccional, vinculado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), instituído em cumprimento à Resolução CNJ 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e ao Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS-TRF1.

A gestão socioambiental da Justiça Federal da 1ª Região, disciplinada pela Resolução Presi 4/2016, é composta pelos Planos de Logística Sustentável do Tribunal e das 14 seccionais, conduzida de forma descentralizada por suas respectivas comissões gestoras e por suas unidades socioambientais.

O primeiro ciclo do PLS, alinhado ao Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020, possibilitou ao Tribunal e às seccionais alcançar resultados relevantes na redução do impacto socioambiental de suas atividades e na conscientização do corpo funcional para os temas relacionados à sustentabilidade.

A experiência adquirida pela Comissão Gestora do PLS-SJAC e pelas unidades envolvidas na gestão socioambiental da Seccional bem como o conjunto da série histórica dos indicadores coletados ao longo dos anos forneceram base consistente para a elaboração do presente plano, o qual se apresenta de forma mais estruturada, com a proposição de indicadores e metas metodologicamente fundamentadas.

Assim, dando continuidade à promoção das práticas bem sucedidas e adequando o plano à conjuntura desafiadora que se aponta no horizonte, o PLS-SJAC busca, neste seu segundo ciclo, em que se alinha ao Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, consolidar na Seccional o valor da sustentabilidade nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

JOSÉ GERALDO AMARAL FONSECA JÚNIOR
Juiz Federal Diretor do Foro

PARTE I
REFERENCIAL ESTRATÉGICO
SOCIOAMBIENTAL 2023-2024

Alinhamento do PLS-SJAC à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região

O Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – PLS-SJAC 2023-2024 alinha-se à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, aprovada pela Resolução Presi 10/2021, aos seus valores, entre os quais o da “Responsabilidade Ambiental”, e, principalmente, ao objetivo estratégico “Promover a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho”. O PLS-SJAC 2023-2024 alinha-se também ao Macrodesafio Nacional “Promoção da Sustentabilidade”, que tem como indicador de Acompanhamento o “Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS”, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 325/2020).

Objetivo Geral

Aprimorar a gestão da sustentabilidade na Seção Judiciária do Acre, nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

Objetivos Específicos

1. Promover ações que estimulem:

- a mudança nos padrões de compra e consumo
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;
a efetivação de contratações sustentáveis;
a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão socioambiental; a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
a transparência da gestão socioambiental.

2. Ser referência na gestão socioambiental para a Justiça Federal da 1ª Região.

Responsabilidades

À Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – CGPLS-SJAC, instituída pela Portaria SJAC-Diref 49/2022 (14053159), foi atribuída a responsabilidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-SJAC.

A Comissão Gestora é apoiada pelos gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação Socioambiental na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Por integrar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região (art. 1º da Resolução CNJ 201/2015), e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), a responsabilidade pela execução do PLS é compartilhada por todos.

Metodologia de implementação

A implementação do PLS é realizada por meio do desdobramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas em ações e/ou projetos com cronograma e responsáveis definidos.

Para tanto, foram criados cinco grupos executivos, abaixo, com a atribuição de executar, propor atualizações e monitorar o Plano de Ação Socioambiental:

I – Grupo Executivo I de Uso Eficiente de Insumos e Materiais e de Gestão dos Resíduos e dos Deslocamentos;

II – Grupo Executivo II de Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras (água e esgoto, energia, combustíveis, obras e serviços de engenharia);

III – Grupo Executivo III de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos;

IV – Grupo Executivo IV de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação (saúde ocupacional, assistência à saúde, comunicação e divulgação institucional, formação e capacitação de pessoas);

V – Grupo Executivo V de Compras, Aquisições e Contratações Sustentáveis (bens permanentes, bens de consumo, descartáveis, serviços de vigilância, de conservação e limpeza, de manutenções prediais, de apoio administrativo).

Os grupos executivos têm o suporte técnico da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão – Seamb, que apoia as atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, e da Comissão Gestora do PLS-SJAC, a quem cabe promover ações que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo, gestão documental, conscientização e engajamento da força de trabalho do Tribunal, em conjunto e com a efetiva participação das áreas responsáveis.

Os gestores da SJAC são solidariamente responsáveis pelas práticas de gestão sustentável, pela racionalização na utilização de recursos naturais e bens públicos, pelo incentivo à mudança comportamental no que diz respeito à defesa do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente como valor de cidadania.

Monitoramento dos dados

O monitoramento do PLS-SJAC é realizado de forma compartilhada pelos grupos executivos, Seamb, Subseção e pela Seção de Modernização Administrativa e pela Comissão Gestora, por meio do acompanhamento contínuo:

- do desempenho da SJAC diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico;
- da ampliação da quantidade de bens adquiridos com critérios de sustentabilidade integrantes do Inventário;
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação Socioambiental.

Os dados socioambientais da SJAC são lançados no Sistema PLS-Jud/CNJ, disponibilizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, os quais também alimentam o Painel Socioambiental da 1ª Região disponibilizado no Portal Eletrônico do Tribunal.

Cabe:

- aos gestores e responsáveis pelas ações sustentáveis relatar o andamento das iniciativas do Plano de Ação Socioambiental e enviar os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada um, de forma a serem compilados pela Semad, que irá alimentar o Sistema PLS-Jud/CNJ.

O acompanhamento contínuo dos dados permite à Comissão Gestora do PLS e aos seus grupos executivos tomarem, tempestivamente, as providências necessárias para atingimento das metas do PLS.

Avaliação do PLS-SJAC

Para a avaliação do desempenho do PLS serão considerados:

- os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- a ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- a execução das ações e projetos socioambientais.

As avaliações do PLS são realizadas por todas as instâncias de atuação dos atores da gestão socioambiental: Comissão Gestora – CGPLS-SJAC, grupos executivos e Seamb, com os seguintes objetivos:

- contínua, à medida do lançamento dos dados, visando o atingimento das metas;
- anual, com a elaboração do Relatório Anual de Desempenho do PLS da SJAC, para eventuais ajustes de metas e ações;
- bienal, ao fim de cada ciclo de seu Plano de Ação bienal, para definição dos indicadores, metas e ações, para o próximo biênio;
- sexenal, ao fim de cada ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e da 1ª Região, para análise e construção do PLS alinhado ao próximo ciclo de planejamento estratégico.

Metodologia de Revisão

A revisão do O Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Acre – PLS-SJAC 2023-2024 é fruto do trabalho conjunto da Comissão Gestora do PLS - CGPLS, de seus grupos executivos, bem como da colaboração de diretores e servidores das unidades vinculadas aos temas tratados no PLS, as quais contribuíram para o fornecimento, revisão e análise de dados e para o estabelecimento das propostas de metas.

A exemplo do CNJ o SJAC adotou um indicador-chave vinculado a cada meta, conforme prescrito pela metodologia de construção de indicadores. Cada indicador-chave mede, assim, o índice de racionalização do item tratado (ex: índice de racionalização de consumo de papel, índice de racionalização de consumo de energia elétrica etc.). Devido à atipicidade do ano de 2020/2021, estabeleceu-se, em regra o ano de 2019 como ano referência.

Em razão da pandemia de Covid-19, a mudança cultural e no modo de trabalho e o conseqüente impacto nos indicadores socioambientais, a Comissão Gestora do PLS optou por definir, inicialmente, metas bienais para PLS-TRF1 2021-2026, as quais serão revisadas ao final de cada biênio.

Associação das Metas do PLS aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU

As metas do PLS passam a ser associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU na Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas.

Os temas constantes dos ODS podem ser divididos em quatro dimensões:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida, justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos, consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades de para colocar em prática os ODS.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Foram identificados 6 ODS que podem ser associados às metas do PLS :

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

(...)

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

(...)

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

(...)

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

(...)

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

(...)

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

(...)

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

(...)

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

(...)

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

(...)

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

(...)

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas [instituições públicas, no caso do TRF], especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

(...)

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

(...)

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. (...)

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável. (...)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3

Saúde e Bem-Estar

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

Educação de qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

Água potável e saneamento

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7

Energia limpa e acessível

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12

Consumo e produção responsáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



INDICADORES E METAS

PAPEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de papel



Série histórica

Papel

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CPNRP – Consumo de papel não reciclado próprio	RM	1.760	1.315	1.756	1.288	987	399	262
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	RM	0	0	0	0	0	0	0
CPNRC – Consumo de papel não reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0	0
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0	0
CPT – Consumo de papel total	RM	1.760	1.315	1.756	1.288	987	399	262
GPNRP – Gasto com papel não reciclado próprio	R\$	20.222,4	15.860,2	29.566,12	21.084,33	15.512,77	6.262,11	3.395,17
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	0	0	0	0	0	0	0
GTP – Gasto total com Papel	R\$	20.222,4	15.860,2	29.566,12	21.084,33	15.512,77	6.262,11	3.395,17

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Papel	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Resultado alcançado em 2019	987 RM
Resultado no período 2015-2019	56% ↓
Meta proposta	Manter o consumo do ano de 2019 até 2024 ↓
Pontos fortes	Processos predominantemente eletrônicos Trabalho híbrido Possibilidade de implantação de outsourcing de impressão
Limitações	Cultura na utilização de impressão



Meta e Indicadores

Papel				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
1	Índice de racionalização de consumo de papel	Não ultrapassar o consumo de papel do ano de 2019 até 2024	SEMAP	Mensal
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de papel reciclado e papel não reciclado				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de papel reciclado e não reciclado.				



COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA

**Objetivo: Racionalizar o uso de copos de plástico descartáveis
e de água envasada em embalagem plástica**



Série histórica

Copos Descartáveis

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CCA – Consumo de copos descartáveis para água	Centos	3.027	2.623	2.825	2.375	2.200	1.200	0
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	Centos	0	0	700	450	400	0	0
CCT – Consumo total de copos descartáveis	Centos	3.027	2.623	3.525	2.825	2.600	1.200	0
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para água	R\$	7.083,18	6.137,82	6.938,18	5.605	4.050	2.860	0
GCC – Gastos com aquisição de copos descartáveis para café	R\$	0	0	1190	765	0	0	0
GCT – Gastos com aquisição de copos descartáveis	R\$	7.083,18	6.137,82	8.118,18	6.370	4.050	2.860	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Copos Descartáveis	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Resultado alcançado em 2019	CCA - Copo descartável para água 2.200 CCC - Copo descartável para café 400 CCT - Consumo total de copos descartáveis 2.600
Resultado no período 2015-2019	14% ↓
Meta proposta	Manter o consumo do ano de 2019 até 2024 ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Alto custo de copos biodegradáveis, para substituição dos copos que ainda são utilizados



Meta e Indicador

Copos descartáveis				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
2	Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis	Manter o consumo de 2019 até 2024	Semap	Anual
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de copo descartável de água e café				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo com corpo descartável de água e café.				



Série histórica

Água envasada em embalagem plástica

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Un	6.720	3.792	2.928	4.212	0	0	0
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Un	1.780	2.043	2.014	1.492	0	0	0
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	5.085,6	3.110	2.261,5	4.631,4	0	0	0
GAER – Gasto com água mineral em Embalagens retornáveis	R\$	8.472	9.860,7	11.925,3	5.195,7	0	0	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Água Envasada em Embalagem Plástica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Resultado alcançado em 2018*	CED – Consumo de embalagens descartáveis 4.212 CER – Consumo de embalagens retornáveis 1.492
Resultado no período 2015-2018*	32,9% ↓
Meta proposta	Manter o consumo do ano de 2018 até 2024 ↓
Pontos fortes	Trabalho Híbrido
Limitações	

* No ano de 2019 não houve consumo de CED e CER



Indicadores

Água envasada em embalagem plástica				
N.	Indicador	Meta 2022/2023	Responsável	Periodicidade
3	Índice de racionalização de consumo de água envasada em embalagens descartáveis	Manter o consumo de 2018 até 2024	Nuasg	Anual/Mensal
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2018})) * 100$ Consumo Total = \sum consumo de água envasada em embalagens descartáveis</p>				
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis.</p>				



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Objetivo: Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão



Série histórica

Impressão

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CSI – Consumo de suprimentos de impressão	Un	0	0	0	0	0	0	0
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	1.7553,84	8.963,21	34.588,07	18.879,81	32.199,5	12.149,9	11.698,00
QI – Quantidade de impressões	Un	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	R\$	113	141	141	141	30	45	45
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	0	0	0	14.005,00	87.600,00	0	0
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	7.515,51	8.757,38	3.354,00	5.585,4	5.439,00	2.135,8	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Suprimentos de Impressão	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Média entre os anos de 2015 a 2019* GAS - Gasto com aquisição de suprimentos	R\$ 22.436,89
Resultado no período 2015-2019*	83,4% ↑
Meta proposta	Manter a média de 2015 a 2019 até 2024 ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido Processos predominantemente eletrônicos Possibilidade de implantação de outsourcing de impressão
Limitações	Cultura na utilização de impressoras

***2019 (ano de referência)**



Indicador

Impressão				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
4	Índice de racionalização de consumo de suprimentos de impressão	Manter o gasto de unidades de cartucho igual ou abaixo da média entre 2015 e 2019 até 2024	SEMAP/SEINF	Anual
Fórmula: = ou < R\$ 22.436,89				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo de suprimentos de impressão.				



ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Racionalizar o consumo de energia elétrica



Série histórica

Energia Elétrica

Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CE – Consumo de energia elétrica	kWh	1.297.903	1.412.737	1.286.655	1.166.033	1.132.105	896.367	626.880
AC – Área construída	m ²	21.442	21.442	21.442	20.236,06	18.825,27	18.825,27	18.825,27
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m ²	61	66	60	58	60	48	33
GE – Gasto com energia elétrica	R\$	688.949,30	639.015,47	633.695,36	569.740,23	685.910,95	529.601,70	466.766,80
GRE – Gasto relativo de energia elétrica	R\$/m ²	32	30	30	28	37	28	25

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Energia Elétrica

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Energia Elétrica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Resultado no período 2015-2019	12,29% ↓ *Em comparação a média entre 2015 a 2018
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	- Trabalho híbrido - Substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED - Adequação do horário de expediente fora do horário de ponta - Redução do tempo de uso do ar-condicionado e de iluminação
Limitações	Imposições orçamentárias



Indicadores

Energia Elétrica				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
5	Índice de racionalização de consumo de energia elétrica (kWh)	Não ultrapassar o valor de consumo de 2019	NUASG	Mensal
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo no ano corrente} / \text{Consumo médio no ano de 2019})) * 100$				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica				



ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Racionalizar o consumo de água e esgoto.



Série histórica

Água e Esgoto

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CA – Consumo de água	m ³	4.248	3.736	5.228	3.437	2.766	1.659	2.070
AC – Área construída	m ²	21.442	21.442	21.442	20.236	18.825	18.825	18.825
CRA – Consumo relativo de água	m ³ /m ²	0,19	0,17	0,24	0,16	0,14	Sem dados	Sem dados
GA – Gasto com água	R\$	30.962,20	27.279,99	38.204,87	32.129,76	25.852,23	15.509,84	19.341,00
GRA – Gasto relativo de água	R\$/m ²	1,44	1,27	1,78	1,58	1,37	Sem dados	Sem dados

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Água e Esgoto

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Água e Esgoto	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Resultado no período 2015-2019	34,88% ↓
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019 até 2024
Pontos fortes	- Trabalho híbrido - Adequação do horário de expediente (horário único)
Limitações	Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações



Indicador

Água e Esgoto					
N.	Indicador	Meta		Responsável	Periodicidade
		2023/2024			
6	Índice de racionalização de consumo de água e esgoto	Não aumentar o consumo em relação a 2019		NUASG	Mensal
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo do ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo água.					



GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de resíduos



Série histórica

Gestão de Resíduos

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DPA – Destinação de papel	Kg	536	2.668	960	1.127	615,5	306,5	127
DPL – Destinação de plásticos	Kg	90	112,5	87	74,5	52	28	10,5
DVD – Destinação de vidros	Kg	44	92,5	71,8	52	40	8	6
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	0	0	0	0	0	0
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	146	152	85	210	230	62	192
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	0	0	0	0	0	0
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	300	248	300	575	350	300	350
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	0	400	0	0	0	0	0
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Gestão de Resíduos

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Gestão de Resíduos	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta proposta	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Trabalho híbrido



Indicadores

Gestão de Resíduos				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
7	Destinação de resíduos sólidos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.	NUASG	Mensal
Fórmula: Total de resíduos destinados adequadamente (KG) Total de resíduos = \sum de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (Kg) + Coleta Geral (Kg)				
Descrição do indicador: mede a quantidade de resíduos sólidos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.				



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de QVT



Série histórica

Qualidade de Vida

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PVQ – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	120	270	60	204	111	193	0
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	3	6	4	7	3	1	0
PS – Participações em ações solidárias	Participante	80	0	50	0	0	60	0
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	1	0	2	0	0	1	0
AInc – Ações de inclusão	Ação	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: PLS-Jud (CNJ)



Qualidade de vida

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Qualidade de vida	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Média nacional da Justiça Federal em 2019 (4º Balanço do Poder Judiciário publicado em 2020)	Sem Referência
Meta proposta	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2024 (ano referência 2019)
Pontos fortes	--
Limitações	Trabalho híbrido



Indicadores

Qualidade de Vida				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
8	Índice de participação em iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% ao ano até 31 de dezembro de 2024 (ano referência 2019)	Nucgp	Anual
Fórmula: $(\text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano} - \text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano anterior} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano anterior}) \times 100$				
Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo nas iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Inclui somente ações com público-alvo definido.				



TELEFONIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com telefonia fixa e móvel



Série histórica

Telefonia

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	33.624,43	47.662,42	53.262,77	49.700,04	39.594,96	28.455,75	30.978,63
LTF – Linhas Telefônicas Fixas	Linhas	142	145	145	145	145	145	145
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	5.896,86	3.375,65	742,98	1.927,35	4.567,03	4.215,33	2.455,08
LTM – Linhas Telefônicas Móveis	Linhas	19	13	0	3	15	12	13

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Telefonia

Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Telefonia	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta proposta	Manter o gasto do ano de 2019 até 2022
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Trabalho híbrido Reformulação do contrato de telefonia móvel para a inclusão de dados



Indicadores

Telefonia				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
9	Índice de racionalização de gastos com telefonia	Não ultrapassar o gasto do ano de 2019 até 2024	Seinf	Mensal
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / (\text{Gasto total de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia.				

VIGILÂNCIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços de vigilância



Série histórica

Vigilância

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	690.839,7	777.957,3	926.638,6	901.576,7	877.257,6	395.207,48	513.905,00
GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$	0	0	0	0	0	0	Sem dados
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada Postos	Postos	0	0	0	0	0	0	Sem dados
GRVa - Gasto relativo com vigilância armada	R\$	86.354,97	86.439,7	102.959,8	128.796,7	109.657,2	98.802,00	Sem dados

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Vigilância				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
10	Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2024, desconsiderando as repactuações (ano referência 2019)	Sepol	Anual
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância armada e desarmada</p>				
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância.				



LIMPEZA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza



Série histórica

Limpeza

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	420.930,24	459.161,40	455.967,38	412.426,76	472.454,04	446.882,40	466.807,80
m ² Cont – Área contratada	m ²	12.122,48	12.122,48	13.613,08	10.233,46	14.154,57	14.758,00	14.154,57
GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$	--	420.930,24	459.161,40	455.957,38	412.426,76	472.454.,04	459.564,84
GML – Gasto com material de Limpeza	R\$	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Limpeza				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
11	Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza	Não ultrapassar o valor planejado para o exercício.	Nuasg	Anual
<p>Fórmula: $((\text{Gasto Total do ano corrente} / \text{Gasto Total no ano de 2019}) - 1) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de gastos com serviços de limpeza.</p>				



REFORMAS E LEIAUTE

Objetivo: Racionalizar os gastos com reformas e mudanças de Leiaute

Série histórica

Reformas e Mudança de Leiaute

Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	28.010,68	0	432.949,80	0	15.551,81	324.992,00	334.816,00
GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$	--	--	--	--	--	--	

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Reformas e Mudanças de Leiaute				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
12	Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2023/2024) com reformas e mudanças de leiaute	Nuasg	Anual
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Gasto Total no ano corrente} / \text{Previsão de gasto para o exercício})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com reformas e mudanças de leiautes</p>				
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com reformas e mudanças de leiautes.</p>				

COMBUSTÍVEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de combustíveis (álcool, diesel e gasolina)



Série histórica

Quilometragem e Combustível

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Km – Quilometragem	Km	31.073	17.871	20.349	21.410	22.218	6.146	7.837
Combustível								
CG – Consumo de gasolina	Lt	2.206,76	1.946,76	1.765,31	1.184,09	1824,00	644,26	542,49
CE – Consumo de etanol	Lt	0	0	0	0	0	0	0
CD – Consumo de diesel	Lt	3023,9	1250,94	1494,67	1405,29	1990,29	832,26	414,91
CGN – Consumo de gás natural	Lt	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Quilometragem e Combustível				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
13	Índice de racionalização de Km rodado	Não ultrapassar a média de quilometragem do ano de 2019	Nuasg	Anual
		Fórmula: $(1 - (\text{Total de Km rodados no ano corrente} / \text{média de Km rodados em 2019})) * 100$		
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de Km rodados (impacta o consumo de combustíveis, no gasto com manutenção e na emissão de gases poluentes).				



VEÍCULOS

Objetivo: Racionalizar os gastos com manutenção de veículos



Série histórica

Veículos

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
VG – Quantidade de veículos a gasolina	Veículos	2	1	0	0	0	0	0
VEt – Quantidade de veículos a etanol	Veículos	0	0	0	0	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	Veículos	6	4	5	5	5	5	5
VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos	4	4	5	5	5	5	5
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	Veículos	0	0	0	0	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	Veículos	0	0	0	0	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	Veículos	0	0	0	0	0	0	0
QVs – Quantidade de veículos de serviço	Veículos	10	8	8	8	8	8	8
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Veículos	2	2	2	2	2	2	2
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	15.560,30	29.529,84	41.345,00	19.279,89	11.639,55	10.608,00	31.406,95
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0	83.947,92	88.762,08	83.947,92	0	0	0

Fonte: Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Veículos				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
14	Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos	Não ultrapassar ao ano a média de gastos com manutenção dos anos de 2017 a 2019 (R\$ 24088,15)	Nuasg	Anual
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Média de gasto dos anos de 2017 a 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com manutenção de veículos				
Descrição do indicador: Mede a racionalização de gastos com manutenção de veículos				

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Capacitar e sensibilizar o maior número de servidores para as questões de Responsabilidade Socioambiental.



Série histórica

Capacitação e Sensibilização Socioambiental

Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
ACap – Ações de capacitação e sensibilização	Ação	0	2	0	1	1	0	0
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	Participante	0	10	0	16	33	0	13



Indicadores

Capacitação e Sensibilização Socioambiental				
N.	Indicador	Meta 2023/2024	Responsável	Periodicidade
15	participação em ações e capacitação	Promover ações que sensibilizem 15 servidores ao ano até 31 de dezembro de 2024	NucGP	Anual
Fórmula: Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação no ano				
Descrição do indicador: mede a participação do público-alvo em ações de capacitação em sustentabilidade.				

Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços

Papel e suprimentos de impressão

1. Dar preferência ao uso de comunicação eletrônica evitando o uso do papel.
2. Evitar a impressão de documentos.
3. Fazer a revisão dos documentos antes de imprimi-los.
4. Sempre que possível, imprimir em fonte econômica (eco fonte) e frente e verso.
5. Configurar ou substituir os equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático.
6. Somente disponibilizar um cartucho/tonner novo ao receber o velho completamente vazio.
7. Reaproveitar as folhas impressas de um lado para nova impressão ou confecção de blocos de rascunho.
8. Dar preferência ao uso do papel reciclado ou não clorado;
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel,



Forma de trabalho e Sistemas informatizados

1. Incentivar, na medida do possível, o modelo de trabalho remoto.
2. Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.
3. Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão.
4. Digitalizar os documentos impressos.
5. Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.



Material de limpeza

1. Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza.
2. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipes de limpeza.
3. Rever as rotinas de trabalho quanto à limpeza das instalações de modo a otimizar os serviços realizados.

Energia Elétrica

1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente.



4. Fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado para não diminuir sua eficiência.
5. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, iluminação natural.
6. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento e promover campanhas de incentivo ao uso das escadas.
7. Revisar o contrato de energia visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica.
8. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar condicionado e outros equipamentos eletroeletrônicos mais modernos e eficientes, respeitadas as normas técnicas vigentes.
9. Buscar implementar soluções que tragam eficiência energética à edificação, como a substituição de lâmpadas fluorescentes por dispositivos em Led, placas fotovoltaicas para captação de energia solar e outras tecnologias limpas para geração de energia.
10. Utilizar, sempre que possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas.
11. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da energia.



Água e Esgoto

1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores.
4. Não utilizar água nobre para fins não nobres (ex: lavagem de veículos, manutenção de jardins, lavagem de brises).
5. Criar rotinas periódicas para lavagem de grandes áreas e irrigação de jardins.
6. Dar preferência a sistemas de reuso de água e tratamento dos efluentes gerados.
7. Dar preferência a sistemas de medição individualizados de consumo de água.
8. Analisar a viabilidade de aproveitamento da água da chuva e poços artesianos, com a devida outorga, e
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.



Gestão de resíduos

1. Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a Resolução CONAMA 275/2001, o Decreto 5.940/2006, a Lei 12.305/2010 e demais legislação pertinente, quanto ao estabelecimento de parcerias com cooperativas de catadores e tabela de cores.
2. Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados (desde material de expediente até óleos lubrificantes, pneus, pilhas, baterias, lixo eletrônico, quando houver).
3. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao descarte correto de resíduos.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
5. Implantar planos de gestão de resíduos de saúde nos casos cabíveis, conforme previsto na RDC ANVISA 306/2004.
6. Incluir nos contratos para cessão de espaço público que tenham como objetos restaurantes ou lanchonetes, previsão para que a contratada dê destino ecologicamente correto ao óleo de cozinha, apresentando relatório mensal dos resíduos gerados, e
7. Incluir nos contratos de manutenção predial a descontaminação e descarte ecologicamente correto de lâmpadas.



Qualidade de vida no ambiente de trabalho

1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.
2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados.
3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho.
4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no trabalho.
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores, funcionários terceirizados e magistrados com divulgação por meio da intranet, cartazes eletrônicos e informativos.
6. Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e colaborativas reconhecendo e premiando as unidades que possuem bons índices de consumo.
7. Incentivar a realização de cursos à distância com a temática da sustentabilidade reforçando as práticas realizadas no tribunal.
8. Buscar parcerias com a comunidade e órgãos da administração local no sentido de implementação de possíveis inovações e serviços (ex: coleta de óleo pela concessionária local, recolhimento de lixo eletrônico, etc.), e
9. Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas.



Veículos e transporte

1. Estabelecer rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados considerando a redução no consumo de combustíveis e emissão de gases poluentes.
2. Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol.
3. Estabelecer rotinas de manutenção preventiva nos veículos.
4. Dar preferência à lavagem ecológica de veículos oficiais, e
5. Estabelecer intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais.



Mobiliário

1. Adquirir mobiliário observando as normas de ergonomia.
2. Observar a origem legal do produto no caso dos itens em madeira.

Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis

1. Recomendar que o desfazimento de bens móveis e materiais tenha o apoio das unidades ou núcleos socioambientais, para identificação da melhor destinação, considerando o que estabelece Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Decreto 7.404/2010, que regulamenta a mencionada Lei.
2. Descartar de forma ecologicamente correta os documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.
3. Incentivar ações de reutilização de materiais.

Contratações sustentáveis

1. Adotar os critérios socioambientais constantes do Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos, do Conselho da Justiça Federal (utilizar subsidiariamente o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, bem como de documentos similares expedidos por outros órgãos públicos, quando necessário).
2. Realizar análise de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição.

Material de consumo – planejamento e uso

1. A unidade responsável pela administração de material do órgão deve controlar e monitorar os dados de consumo e informá-los às unidades de trabalho.
2. Os gestores devem informar ao corpo funcional os índices de consumo da unidade estimulando o consumo consciente em busca do ponto de equilíbrio.



Ações de Divulgação, Sensibilização e Capacitação

1. Divulgação de informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente (Calendário Socioambiental).
2. Divulgação do Painel Socioambiental da 1ª Região.
3. Divulgação de campanhas promovidas pelos grupos executivos do PLS.
4. Divulgação de manuais relacionados à sustentabilidade.
5. Divulgação dos resultados e experiências bem sucedidas do Tribunal relacionadas à sustentabilidade.
6. Sensibilização do corpo funcional para incentivo de adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade (ex.: consumo consciente, coleta seletiva etc.).
7. Utilização de todos os canais de comunicação disponíveis, e criação de novos canais de comunicação, para ampliar o alcance das ações de sustentabilidade.
8. Aprimoramento da página da Gestão Sustentável no portal do SJAC com a criação de um ambiente de divulgação de conteúdo técnico.



10. Capacitação dos integrantes da Comissão Gestora do PLS e dos seus grupos executivos em gestão socioambiental.

11. Capacitação de servidores afetos à área de contratação em contratação sustentável.

